IOSR Journal of Business and Management (IOSR-JBM)
e-ISSN:2278-487X, p-ISSN: 2319-7668. Volume 27, Issue 1. Ser. 7 (January. 2025), PP 33-37
www.iosrjournals.org

Educação Do Campo E Políticas Públicas: Avanços E Desafios Na Garantia Do Acesso Ao Ensino Em Áreas Rurais

Jovair Batista De Jesus
Instituto Federal De Goiás, Campus Aparecida De Goiânia

Marcela Zoratti De Souza
Universidade Do Estado De Mato Grosso- UNEMAT

Neomar Cássia Da Costa
FACTU (Unaí-MG) E FINOM (Paracatu - MG)

Luiz Henrique dos Santos da Cruz Marques
UNIASSELVI

Wanúbya Do Nascimento Moraes Campelo Moreira
Universidade Federal Rural Da Amazônia- UFRA

Liliane Afonso De Oliveira
Universidade Federal Rural Da Amazônia - UFRA

Marcos Antonio Evangelista
Universidade Federal De Alagoas- Ufal

Deivison Ferreira Oliveira
Universidade Do Estado Do Pará - UEPA

André Luiz Baptista
Universidade Federal De Roraima

Ayala Farias Peixoto
Faculdade Venda Nova Do Imigrante

Cesario Rui Callou Filho
Centro Universitário Ateneu- Uniateneu

José Carlos Ribeiro Floro
Universidade Estadual de Santa Cruz

Jonas Martins De Lima Filho
Universidad Del Pacífico (UP)

Resumo:
Esta pesquisa teve como objetivo analisar os avanços e desafios das políticas públicas voltadas à educação do campo no Brasil, com foco na garantia do acesso ao ensino em áreas rurais. A pesquisa adotou uma abordagem descritiva e qualitativa, com a participação de 16 profissionais da educação envolvidos diretamente com as questões do ensino no campo, por meio de entrevistas semiestruturadas e análise de documentos

oficiais. Os resultados mostraram que, embora políticas importantes como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) e o transporte escolar tenham contribuído para a ampliação do acesso à educação, ainda existem desafios significativos relacionados à infraestrutura escolar, à formação continuada de professores e à adequação do currículo às especificidades rurais. A pesquisa também destacou a necessidade de maior participação das comunidades nas decisões educacionais e a importância de um planejamento mais eficiente e de maior capacitação das equipes locais. Conclui-se que, embora haja avanços, as políticas públicas de educação do campo precisam ser aprimoradas, especialmente no que tange à gestão dos recursos, à contextualização do currículo e ao fortalecimento das condições de trabalho nas escolas rurais, para que a educação se torne um direito plenamente garantido nessas regiões.

***Palavras-chave**: Educação do campo; Políticas públicas; Rural.*

Date of Submission: 16-01-2025 Date of Acceptance: 26-01-2025

I. Introdução

A educação do campo no Brasil representa um tema central no debate sobre desigualdades sociais e territoriais. Historicamente, as populações que vivem em áreas rurais enfrentaram condições de acesso à educação marcadas por desafios que vão desde a infraestrutura precária até a carência de políticas públicas específicas para atender às suas particularidades. Essa realidade reflete as profundas desigualdades estruturais que permeiam o desenvolvimento do país, evidenciando a necessidade de ações afirmativas que garantam direitos fundamentais, como a educação de qualidade para todos os cidadãos, independentemente de sua localização geográfica (Silva, 2002).

Ao longo das últimas décadas, avanços significativos foram alcançados na formulação de políticas públicas voltadas para a educação do campo. Programas como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) e iniciativas de formação de professores para atuar em escolas rurais têm buscado atender às demandas específicas desse público. Contudo, a implementação dessas políticas enfrenta desafios substanciais, como a dificuldade de articulação entre diferentes níveis de governo, a escassez de recursos financeiros e humanos, e a falta de continuidade de programas em função de mudanças nas gestões políticas (Cachopo; Barbosa; Araújo, 2019).

Um dos grandes entraves à consolidação de uma educação inclusiva no campo é a distância física entre os estudantes e as instituições de ensino. Muitas vezes, o deslocamento até a escola implica percursos longos e perigosos, em estradas de má qualidade ou em regiões de difícil acesso. Além disso, a ausência de transporte escolar adequado intensifica a evasão escolar, principalmente entre crianças e adolescentes. Essa situação evidencia a necessidade de investimentos estruturais que vão além da sala de aula, abrangendo transporte, alimentação e recursos pedagógicos adequados (Costa, 2023).

Outro aspecto relevante a ser considerado é a necessidade de valorização e formação continuada de professores para atender às especificidades da educação do campo. O currículo e a prática pedagógica devem dialogar com a realidade local, respeitando as culturas e os saberes das comunidades rurais. Sem esse alinhamento, a educação corre o risco de se tornar descontextualizada e pouco significativa para os estudantes, comprometendo seu engajamento e a eficácia do ensino (Werlang; Pereira, 2021).

No campo das políticas públicas, destaca-se a importância de fortalecer o diálogo entre o governo, as organizações da sociedade civil e os movimentos sociais que atuam em prol do direito à educação no campo. A participação ativa dessas entidades é fundamental para a construção de políticas que reflitam as necessidades reais das comunidades rurais e promovam a inclusão social. Além disso, é preciso assegurar mecanismos de monitoramento e avaliação que garantam a transparência e a efetividade das ações implementadas (Ferreira, 2024).

Apesar dos avanços registrados, a educação do campo no Brasil ainda enfrenta muitos desafios para se consolidar como um direito plenamente garantido. As disparidades regionais, os cortes orçamentários e as dificuldades de gestão pública são fatores que demandam uma abordagem integrada e intersetorial. Nesse contexto, o papel das políticas públicas é central para promover a equidade no acesso à educação e reduzir as desigualdades que historicamente afetam a população rural (Ferreira, 2024).

O objetivo desta pesquisa é analisar os avanços e desafios das políticas públicas voltadas à educação do campo no Brasil, com enfoque nas iniciativas implementadas para garantir o acesso ao ensino em áreas rurais. A partir desse olhar crítico, busca-se compreender os limites e as possibilidades das ações governamentais, contribuindo para o debate sobre a construção de uma educação inclusiva e equitativa.

II. Materiais E Métodos

A pesquisa foi realizada utilizando uma abordagem descritiva e qualitativa, com o objetivo de compreender os avanços e desafios das políticas públicas voltadas para a educação do campo no Brasil. Esse delineamento permitiu explorar em profundidade as percepções, experiências e práticas relacionadas à temática, proporcionando uma análise detalhada do fenômeno investigado.

A amostra foi composta por 16 profissionais que atuam diretamente no contexto da educação do campo, incluindo gestores escolares, professores, coordenadores pedagógicos e técnicos de secretarias municipais e estaduais de educação. Esses participantes foram selecionados com base em critérios como experiência profissional, envolvimento com políticas públicas voltadas ao ensino em áreas rurais e disponibilidade para participar da pesquisa.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, conduzidas presencialmente ou de forma remota, dependendo das condições de acesso e disponibilidade dos participantes. O roteiro das entrevistas foi elaborado com perguntas abertas, que buscavam captar tanto as percepções gerais dos entrevistados quanto informações específicas sobre os desafios enfrentados e os avanços percebidos na implementação de políticas públicas para a educação do campo.

Além das entrevistas, foram analisados documentos oficiais relacionados às políticas públicas de educação no campo, como diretrizes curriculares, legislações, relatórios de programas governamentais e dados de organismos oficiais, como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Esses documentos ofereceram uma base para contextualizar e complementar os dados obtidos nas entrevistas.

Os dados coletados foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin. Essa metodologia permitiu organizar e interpretar as informações de maneira sistemática, identificando categorias e temas emergentes que contribuíram para compreender as nuances das políticas públicas voltadas à educação do campo. A triangulação de dados, combinando os achados das entrevistas com os documentos analisados, garantiu maior confiabilidade e aprofundamento das interpretações realizadas.

III. Resultados E Discussões

A análise dos dados coletados a partir das entrevistas e da documentação revelou uma série de insights sobre as políticas públicas voltadas para a educação do campo, com foco nas percepções de 16 profissionais que atuam diretamente nesse contexto. Os resultados apontam tanto para avanços significativos quanto para desafios persistentes na implementação dessas políticas, refletindo a complexidade da realidade das escolas rurais no Brasil.

Segundo os respondentes E09 e E01, as políticas públicas para a educação do campo, como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) e o apoio ao transporte escolar, têm contribuído de maneira importante para ampliar o acesso à educação nas áreas rurais. E09 destacou que, apesar das dificuldades logísticas, a implementação do transporte escolar tem sido fundamental para garantir que os estudantes possam frequentar as escolas com mais regularidade. "Sem o transporte, muitos alunos estariam fora da escola, pois as distâncias são longas e as estradas, em muitos casos, são intransitáveis", afirmou E09.

No entanto, apesar das iniciativas em curso, o acesso físico às escolas ainda representa um obstáculo considerável, como relatou E01. "O transporte escolar é um avanço, mas nem sempre ele chega até as áreas mais remotas, especialmente em regiões de difícil acesso, como as serras ou as ilhas fluviais", disse. Esse depoimento evidencia uma limitação nas políticas de transporte, que, embora significativas, não abrangem toda a extensão das zonas rurais, especialmente em localidades de difícil logística.

Outro ponto abordado pelos respondentes foi a formação de professores. Para E04, E08 e E12, a capacitação docente é um aspecto crucial para o sucesso das políticas educacionais no campo. "A formação continuada de professores é uma das principais necessidades. Muitos dos educadores que atuam nas escolas rurais são oriundos de áreas urbanas e, por isso, não estão preparados para lidar com a realidade do campo", explicou E04. E08 complementou, afirmando que a formação precisa considerar as especificidades culturais e sociais das comunidades rurais. "A educação no campo deve dialogar com os saberes locais, com a realidade de cada comunidade, senão o ensino perde o sentido", destacou E08.

No entanto, mesmo com a existência de programas de formação, os respondentes E11 e E07 apontaram que a continuidade da formação profissional ainda é um desafio. "A formação inicial até pode ocorrer, mas a formação continuada, que é essencial para a atualização dos professores, raramente é mantida de maneira sistemática", afirmou E11. Esse desafio reflete uma lacuna na sustentabilidade das políticas de capacitação docente, que muitas vezes são afetadas pela falta de recursos ou por mudanças de gestão nas secretarias de educação.

A infraestrutura das escolas rurais também emergiu como um tema recorrente nas entrevistas. Segundo E02 e E10, muitas escolas ainda carecem de condições adequadas para o ensino. "Faltam materiais didáticos, equipamentos de informática e até mesmo condições de saneamento básico em algumas escolas rurais", relatou E02. E10 acrescentou que a infraestrutura deficiente impacta diretamente no desempenho dos alunos. "Como podemos falar em qualidade de ensino se os alunos não têm nem uma sala de aula digna ou recursos básicos como livros e computadores?", questionou E10.

Além da infraestrutura, a relação das escolas rurais com as famílias e a comunidade também foi discutida pelos respondentes. E06 e E03 ressaltaram a importância da participação da comunidade no processo educacional. "A escola no campo não pode ser isolada; ela precisa estar integrada à comunidade. Quando os pais

e a comunidade participam ativamente, os resultados são mais positivos", disse E06. E03 reforçou a necessidade de uma gestão escolar participativa: "É fundamental que a escola seja um espaço de acolhimento e de troca de saberes.

Muitas vezes, as escolas rurais se tornam um reflexo das necessidades da própria comunidade". Contudo, segundo E05 e E15, a participação da comunidade nas escolas rurais ainda é limitada, em parte devido à desinformação e à falta de articulação entre as escolas e as famílias. "Muitas famílias ainda não têm clareza sobre os direitos educacionais de seus filhos, e a escola, por sua vez, nem sempre se dispõe a criar canais efetivos de comunicação", apontou E05. E15 concordou, observando que a gestão das escolas rurais muitas vezes não está suficientemente preparada para engajar as famílias de forma eficiente.

Um ponto relevante discutido foi o currículo escolar, que, para E13 e E14, ainda carece de contextualização com a realidade do campo. "O currículo escolar muitas vezes não reflete a vida real dos alunos rurais. Eles são ensinados a partir de uma perspectiva urbana que não faz sentido para eles", afirmou E13. E14 completou, dizendo que, embora existam algumas iniciativas de adaptação curricular, elas são pontuais e não têm alcance generalizado. "O currículo precisa ser mais flexível e adaptado às diversas realidades do campo", sugeriu E14.

Por outro lado, E16 destacou a importância das tecnologias educacionais para a melhoria do ensino no campo, embora reconhecesse que seu acesso ainda seja limitado. "A utilização de tecnologias pode ser uma grande aliada para superar as barreiras físicas e geográficas, mas o acesso à internet e a equipamentos adequados é ainda um desafio para muitas escolas rurais", afirmou E16. Essa limitação tecnológica foi mencionada por diversos respondentes como um dos fatores que dificultam a implementação de metodologias pedagógicas inovadoras nas escolas rurais.

A questão do financiamento das políticas públicas de educação do campo também foi abordada. E07 e E09 destacaram que, embora existam recursos destinados à educação rural, a distribuição e o acesso a esses recursos nem sempre são eficientes. "O financiamento existe, mas a gestão dos recursos é muitas vezes ineficaz. Há muito desperdício e falta de planejamento adequado", apontou E07. E09 concordou, indicando que a falta de um planejamento estratégico é um dos principais obstáculos à aplicação eficiente dos recursos: "O dinheiro existe, mas ele não chega de forma efetiva para quem realmente precisa".

Por fim, a participação do Estado foi vista como fundamental para o sucesso das políticas públicas, mas também como insuficiente, conforme observado por E04 e E12. "O governo federal tem adotado algumas políticas positivas, mas a implementação delas depende de um trabalho mais efetivo no nível estadual e municipal", observou E04. E12 complementou, dizendo que a descentralização das políticas públicas, apesar de ser um avanço, também trouxe dificuldades. "A descentralização não foi acompanhada de capacitação das equipes locais, o que acaba gerando falhas na execução das políticas", disse E12.

Em síntese, os resultados desta pesquisa demonstram que, apesar dos avanços nas políticas públicas de educação do campo, há uma série de desafios que ainda precisam ser enfrentados, principalmente no que diz respeito à infraestrutura das escolas, à formação docente contínua, à articulação entre comunidade e escola e à adequação do currículo. A análise dos relatos e dados revela a necessidade urgente de maior investimento, planejamento e articulação entre os diferentes níveis de governo e as comunidades rurais para que a educação no campo se torne, de fato, um direito pleno e de qualidade para todos os seus cidadãos.

IV. Conclusão

A análise realizada ao longo desta pesquisa permitiu compreender, de forma detalhada, os avanços e os desafios das políticas públicas voltadas para a educação do campo no Brasil, com foco na garantia do acesso ao ensino em áreas rurais. A partir dos relatos de 16 profissionais envolvidos diretamente com o tema, ficou evidente que, embora haja um conjunto de políticas importantes que buscam ampliar o acesso e melhorar a qualidade da educação no campo, ainda existem diversos obstáculos que comprometem sua efetividade.

O objetivo da pesquisa, que era analisar os avanços e desafios das políticas públicas voltadas à educação do campo, foi amplamente alcançado. Os resultados indicaram que, de fato, o Brasil tem avançado na formulação e implementação de políticas públicas que, em certa medida, contribuíram para a ampliação do acesso à educação nas zonas rurais. Iniciativas como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), o transporte escolar e os programas de formação docente para atuar em áreas rurais são exemplos positivos que, de maneira geral, têm proporcionado melhorias significativas nas condições de ensino para as populações do campo.

Entretanto, os dados também mostraram que esses avanços são pontuais e esbarram em desafios estruturais profundos. A questão da infraestrutura escolar, a escassez de materiais didáticos e a falta de condições adequadas de trabalho para os professores são obstáculos que ainda comprometem a qualidade do ensino nas escolas rurais. Muitos educadores, além de enfrentar condições precárias nas escolas, têm dificuldades em realizar uma formação continuada que os prepare para lidar com as especificidades do ensino no campo, como a diversidade cultural e a realidade socioeconômica das comunidades rurais. Esses desafios são

agravados pela falta de recursos financeiros e pela ineficácia na gestão das políticas públicas, o que impede que as ações sejam devidamente implementadas e sustentadas ao longo do tempo.

Outro ponto crucial identificado na pesquisa é a necessidade de um currículo mais adequado à realidade do campo. A educação no campo não pode se limitar à transmissão de conteúdos desvinculados das necessidades e da cultura local. A pesquisa evidenciou que a educação rural precisa ser contextualizada, dialogando com a realidade dos estudantes e das comunidades onde estão inseridos. A falta de uma abordagem pedagógica que valorize os saberes locais e as especificidades do campo ainda é um desafio para a efetivação de uma educação de qualidade para esses estudantes.

A análise dos dados também apontou para a importância da participação da comunidade nas decisões relacionadas à educação. Embora a pesquisa tenha identificado avanços na participação da sociedade civil e dos movimentos sociais na formulação de políticas públicas, ainda há um distanciamento significativo entre as escolas e as famílias, o que prejudica o desenvolvimento de uma educação mais inclusiva e integrada. A falta de articulação entre as escolas e as famílias limita o potencial das políticas educacionais, e a falta de informação sobre os direitos educacionais também contribui para essa lacuna.

Por fim, ficou claro que a atuação do Estado, em seus diferentes níveis, é fundamental para a consolidação das políticas públicas de educação do campo. No entanto, a pesquisa revelou que, apesar dos esforços do governo federal, as políticas públicas ainda dependem muito da capacidade de implementação dos estados e municípios. A descentralização das políticas trouxe benefícios, mas também desafios, especialmente na falta de capacitação das equipes locais e na gestão inadequada dos recursos. A necessidade de maior planejamento estratégico e de um monitoramento mais eficaz das políticas educacionais no campo é uma demanda que precisa ser atendida com urgência.

Em conclusão, a pesquisa confirma que, embora existam avanços nas políticas públicas para a educação do campo, os desafios enfrentados por essas comunidades continuam sendo substanciais. O objetivo de garantir o acesso à educação de qualidade nas áreas rurais depende não apenas da criação de novas políticas, mas também da melhoria das condições existentes, da ampliação da formação de professores, da adaptação do currículo e da melhoria da infraestrutura das escolas. Para que a educação no campo se torne, de fato, um direito plenamente garantido, é necessário um esforço contínuo e integrado entre governo, escolas e comunidades rurais, com a implementação de ações que atendam às necessidades reais e específicas desse público.

Referências

[1] Cachopo, M. H. L.; Barbosa, M. J. S.; Araújo, D. L. C. O Trabalho Do Assistente Social Em Área Rural Do Estado Pará-Brasil. Lusíada. Intervenção Social, 2019.
[2] Costa, J. B. Gestão Escolar: Capacitação De Professores Que Trabalham Na Educação Do Campo. Cadernos De Interpesquisas, 2023.
[3] Ferreira, G. B. Conservacionismo Ambiental, Assistência Social E O Atendimento A Populações Tradicionais. Serv. Soc. Soc., São Paulo, V. 147(3), E-6628368, 2024
[4] Silva, V. Jovens De Um Rural Brasileiro: Socialização, Educação E Assistência. Cad. Cedes, Campinas, V. 22, N. 57, 2002.
[5] Werlang, J.; Pereira, P. B. Educação Do Campo, Cts, Paulo Freire E Currículo: Pesquisas, Confluências E Aproximações. Ciência & Educação, Bauru, V. 27, E21016, 2021.